

Este setor não acredita em recuperação

É o setor de máquinas, que chegou a conclusões pessimistas num seminário ontem.

Inflação alta, mercado interno seriamente debilitado, incerteza política para garantir novos investimentos delineiam um segundo semestre sombrio para nossa economia. E com uma agravante: a possibilidade de redução no ritmo de crescimento da economia norte-americana poderá comprometer o bom desempenho das exportações brasileiras, carro-chefe da pequena reativação obtida pela indústria no primeiro semestre.

As previsões foram feitas, ontem por economistas na Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas). Eles responsabilizaram o governo por essa situação, criticando a falta de planejamento na política econômica. E foram aplaudidos por mais de uma centena de empresários.

— Qualquer atitude (das autoridades econômicas), por mais correta que possa ser, já começa com metade das possibilidades de ser bem sucedida, pela falta de confiança que existe por parte da população nos atuais mentores da economia — afirmou o presidente da Abimaq, Walter Sacca.

Na verdade, a avaliação — até mesmo as perguntas feitas por vários empresários — acabou extrapolando este semestre, para ir até março próximo, quando o general Figueiredo deixa a Presidência. Até lá, economistas e empresários não estão acreditando em muitas mudanças no quadro econômico.

Eles estão convencidos de que a reativação econômica terá de passar pela renegociação de dívida, pela revisão da atual política salarial e por um planejamento de prioridades nacionais que privilegiem a agricultura e o mercado interno, com os gastos públicos direcionados para obras de caráter social,

tais como hospitais, escolas e saneamento básico.

Walter Sacca lembrou, no entanto, que no primeiro semestre houve ligeira recuperação, "embora reconheça que 80% dela está ligada ao desempenho do nosso mercado externo". Para o empresário, "o importante é notar que todos eles (economistas) mostraram séria preocupação com o mercado interno, para que ele volte a crescer. O melhor e menor caminho para se obter isso é o aumento do poder aquisitivo da população".

Juros não caem

A economista Maria Helena Zockun, da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), observou que o nível de emprego no primeiro semestre ainda ficou abaixo de igual período em 1983. A recuperação está ligada às exportações, que, por sua vez, dependem do desempenho da economia dos EUA. Ela não acredita que os juros voltem a crescer até o fim do ano, mas também não crê que possam cair.

As exportações cresceram 20% ao ano, enquanto dados do Sine — Sistema Nacional de Emprego — indicam que o nível de emprego cresceu apenas 1,3%, incluindo-se aí o mercado informal. Para Maria Helena Zockun, o crescimento só será possível se for mudada a prioridade de conter a inflação e o déficit público.

O representante da Associação Comercial, economista Marcel Solimeo, diz que a revisão da política salarial não aumentará os custos das pequenas e médias empresas. Isto porque têm em seus quadros uma grande maioria de funcionários na faixa dos até três salários mínimos. Em consequência, "não só já pagaram reajustes na base do INPC integral, como durante algum período tiveram aqueles 10% a mais para essa primeira faixa". Já

as grandes empresas poderão sentir o fim do Decreto-Lei nº 2.065.

Disse que, embora as insolvências (pessoa jurídica) não tenham sido alarmantes, pelo menos se comparadas ao período 1965-67, isso não explica "a realidade das empresas que já estão encolhendo há muito tempo". Alertou para o crescimento "assustador" das insolvências das pessoas físicas, que cresceram 50%, este ano, contra 18% de reabilitações.

Ele qualificou a atual política salarial de "injusta e burra" e mostrou-se cético com relação ao desempenho do comércio nos próximos meses. Advertiu que "1985 ainda é uma incógnita: mesmo que venham mudanças pela frente não faltarão dificuldades a serem superadas, talvez com resultados positivos, ou sem resultados positivos como vem ocorrendo até agora".

Klaus de Freitas, economista da Sociedade Rural Brasileira, disse que a próxima safra depende exclusivamente de dois fatores: financiamento e preços. Ele defendeu uma reforma tributária que difericie "iates do leite" e ponha fim a todos os entraves, como o confisco cambial para o setor agrícola.

Da mesma maneira, o economista Augusto Pascallichio, da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), fez uma tímida exposição onde criticou levemente o governo federal por impor várias restrições ao sistema bancário. Ele responsabilizou o governo pelas altas taxas de juros.

Durante os debates, ele e Solimeo salientaram a falta de um programa econômico de longo prazo para o Brasil, e mostraram-se céticos quanto à possibilidade de a desindexação ser adotada de imediato.

Sergio Leopoldo Rodrigues